

A financeirização e os seus reflexos sobre grandes grupos têxteis de Blumenau e Brusqueⁱ

Vanessa Follmann Jurgenfeld

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Faculdade de Filosofia e Ciências

Marília – SP, Brasil

lattes.cnpq.br/9544589353308152

 orcid.org/0000-0003-0378-9695
vfollmann@hotmail.com

 @percursos_revista

 /revpercursos

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246262025e0303>

Para citar artigo:

JURGENFELD, Vanessa Follmann. A financeirização e os seus reflexos sobre grandes grupos têxteis de Blumenau e Brusque. *PerCursos*, Florianópolis, v. 26, e0303, 2025.



A financeirização e os seus reflexos sobre grandes grupos têxteis de Blumenau e Brusque

Resumo

Este artigo analisa os reflexos da financeirização mundial sobre grandes empresas têxteis selecionadas de Blumenau e Brusque, principais cidades do Vale do Itajaí (SC), conhecido reduto do setor têxtil. O estudo é fundamentado em um referencial teórico sobre financeirização, transformações do capitalismo e do setor têxtil, usando dados empíricos entre 1990 e 2021, com foco na composição acionária das empresas, processos de falência e recuperação judicial, além de uma análise qualitativa, que abarca a história econômica da região e as dinâmicas regionais e globais mais recentes, contribuindo para o entendimento de algumas das principais mudanças no desenvolvimento regional do Vale do Itajaí. Foram analisadas as empresas Buettner, Cremer, Hering e Teka. Observaram-se diferentes trajetórias: algumas empresas históricas da região ou faliram ou enfrentaram processos de recuperação judicial, enquanto em outros casos a financeirização acabou levando ao fim do controle familiar sobre os negócios.

Palavras-chave: financeirização; indústria têxtil; estrutura acionária; Santa Catarina.

Financialization and Its Impacts on Major Textile Groups in Blumenau and Brusque

Abstract

This article examines the impacts of global financialization on selected large textile companies from Blumenau and Brusque, the main cities of the Itajaí Valley (SC), a well-known hub for the textile sector. The study is based on a theoretical framework covering financialization, transformations in capitalism, and the textile industry, using empirical data from 1990 to 2021. It focuses on the companies' shareholder structures, bankruptcy proceedings, and judicial recovery processes, along with a qualitative analysis that includes the region's economic history and recent regional and global dynamics. This contributes to understanding some of the major changes in the regional development of the Itajaí Valley. The companies analyzed were Buettner, Cremer, Hering, and Teka. Different trajectories were observed: some historic companies in the region either went bankrupt or underwent judicial recovery, while in other cases, financialization ultimately led to the end of family control over the businesses.

Keywords: financialization; textile industry; stock structure; Santa Catarina.

1 Aspectos da financeirização mundial

O capital financeiro foi entendido tanto por Hobson (1908) quanto por Hilferding (1910), na transição do século XIX para o XX, como a fusão dos interesses do capital industrial com o bancário, sob o domínio do segundo, de modo que essa associação proporcionaria a expansão do grande capital monopolista no mundo. O capital financeiro, portanto, não é essencialmente uma novidade dos tempos atuais, mas há entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 seu predomínio em meio às mudanças do capitalismo global, como pontuado por Chesnais (1994).

O avanço do capital financeiro não pode ser dissociado das contradições do modo de produção capitalista, como a superprodução e o sobreinvestimento. Sua expansão se dá mais detidamente a partir da liberalização do fluxo de capitais após a Segunda Guerra Mundial e em razão das consequências da crise de superprodução, como a queda das taxas de lucros no setor produtivo dos países centrais. Ao mesmo tempo, a formação dos Euromercados, mercado de títulos em dólares fora dos Estados Unidos, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, possibilitou novas formas de valorização puramente financeiras, sendo essas consideradas por Chesnais (1994, p. 251) “o primeiro elo no nascimento dos todo-poderosos mercados financeiros de hoje”.

Tratou-se de um período de aumento da oligopolização e da monopolização no mundo, mesmo que o capital estivesse mais espreado geograficamente. A partir das alterações estruturais da economia mundial, houve uma maior homogeneização dos espaços (heterogêneos e desiguais) sob a lógica de poucos capitalistas, de modo que a dinâmica do capitalismo compreenderia desde então várias estruturas monopólicas e oligopólicas, com implicações sobre o padrão de concorrência de vários setores (Brandão, 2007; Tavares, 1998).

As possibilidades de transnacionalização e de financeirização do capital se abriram ainda mais com o fim dos acordos de Bretton Woods, em 1971, principalmente, quando houve uma forte desregulamentação dos mercados. A grande empresa capitalista direcionava-se para uma internacionalização do tipo multimercado e multimoeda, o que significava que, aliada a uma maior mobilidade do capital financeiro,

faria a “relocalização” espacial e uma intensa centralização do capital em escala mundial (Belluzzo, 2005).

No campo produtivo, as subsidiárias passarão a estar cada vez mais espalhadas por diferentes países sob comando da matriz, localizada nos países centrais. Com a ajuda do avanço nos transportes, telecomunicações e microeletrônica, a matriz manteria os negócios, mesmo que geograficamente distantes, sob seu controle.

Ao se transformar nesta direção, a grande empresa conseguiria, com mais facilidade, se mover pelo globo, buscando áreas geográficas que mais lhe interessassem em termos de maior lucratividade na esfera produtiva e de circulação do capital¹, podendo recolher seus planos rapidamente quando estes não atendem suficientemente o patamar de lucros requeridos por seus acionistas.

Essas transformações também serão decorrentes da adoção da produção flexível, uma nova forma de produzir em substituição à produção em massa. Essa flexibilização na produção, que também envolveria mudanças nas relações de trabalho e na “relocalização” das atividades produtivas, ajudaria na financeirização dos grandes grupos, porque também seria representativa da abreviação do ciclo de reprodução do capital, atendendo aos anseios do capital financeiro, que exigiria ativos cada vez mais líquidos no ramo industrial². As empresas passarão a terceirizar produções, e haverá uma tendência à quarteirização, que ficará mais evidente anos depois.

Entre os atores dessas finanças liberalizadas estarão não apenas os bancos, mas os fundos de investimentos e os fundos de pensão, as seguradoras e demais empresas financeiras, que começaram a ampliar a sua participação no capital da grande empresa produtiva. Estes novos sócios terão desde então um duplo poder: o de proprietários do capital industrial e o de também credores. Deste modo, interferirão nas estratégias da direção da empresa, influenciando decisões importantes.

¹ Deve-se ressaltar, porém, que a esfera financeira não cria valor e se alimenta da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização da mão de obra (Chesnais, 1994).

² Sobre essa tendência, Harvey (2005, p. 148) destacou que “quanto mais uma indústria depende de equipamentos de vida relativamente longa – ou seja, capital fixo e imobilizado –, menos facilmente essa indústria poderá se transferir sem desvalorização”. Por isso, a busca das corporações no contexto da financeirização mundial passava a ser por ter uma estrutura produtiva de menor capital imobilizado possível, o que envolveria, por exemplo, ampliar terceirizações da produção.

A grande corporação capitalista tornou-se, assim, um ator-chave na financeirização global, principalmente a partir dos anos 1960 e 1970³. Com o passar dos anos, ficará cada vez mais difícil distinguir o que é uma empresa industrial, de fato, de uma empresa do ramo financeiro, uma vez que as maiores corporações produtivas do mundo certamente conseguirão uma grande parcela dos lucros das suas atividades financeiras, por meio de aplicações rentistas, como, por exemplo, na compra e venda de títulos no mercado financeiro, instrumentos derivativos, entre outros. Trata-se, cada vez mais, de grupos industriais que, no fim das contas, serão grupos altamente financeirizados.

2 Mudanças no Brasil com a financeirização

As mudanças do capitalismo pós-1960, e sobretudo nos anos 1970, terão reflexos específicos nas economias periféricas, pelo alargamento do espaço econômico do centro e pelas inserções distintas da periferia, que determinarão o deslocamento das cadeias produtivas, redefinindo e ampliando os fluxos de comércio mundial (Belluzzo, 2005).

A periferia e o centro serão inseridos na dinâmica capitalista de maneira diferenciada porque isso é um pressuposto do capitalismo, pois este tem como parte do seu modo de operar o desenvolvimento geograficamente desigual e combinado. Neste sentido, as novas áreas geográficas farão parte de uma espacialização complexa: haverá uma uniformidade dos espaços no sentido de que se integrarão ao processo de acumulação do capital, mas será justamente essa uniformidade sob a lógica do capital que levará à diferenciação desses mesmos espaços (Brandão, 2007; Soja, 1989). Isso é, cada área geográfica será moldada para se articular com aquilo que fará sentido para os interesses do capital.

Desse modo, etapas produtivas de diferentes intensidades tecnológicas se darão em regiões diferentes do globo; algumas regiões serão eleitas como áreas privilegiadas para o rentismo; outras, para algumas etapas de produção menos tecnológicas; muitas

³ Sobre o papel das corporações, recomenda-se: BRAGA, J. C. S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI, J. L. e TAVARES, M. C. (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

vezes apenas servirão como áreas de montagem de grandes setores industriais; e outras regiões sequer serão eleitas pelo capital, ficando à margem dessas transformações.

O fim dos anos 1970 trarão mais elementos para essa financeirização, que será espacializada de forma desigual. O caos de 1979, causado pelas políticas de ajuste da economia norte-americana⁴ para a retomada de sua hegemonia mundial⁵, terá consequências sobre o aumento da dívida externa dos países subdesenvolvidos e, certamente, sobre a elevação do risco sistêmico mundial.

O Brasil registrará nos anos 1980 o que se convencionou chamar na literatura econômica de “década perdida”, dado o avanço do seu endividamento externo, as necessidades de financiamento cada vez maiores desse endividamento e o recuo nos investimentos produtivos da economia. Tratou-se de uma crise importante, com o país recorrendo em 1982 a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para se ter ideia da crise que se abateu sobre a economia brasileira, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que, entre 1970 e 1980, registrava uma média anual de 8,7%, entre os anos 1980-1989 cairia para 2,2% (Cano, 2008). A partir da segunda metade dos anos 1980, já era constatado que o país vivia uma perda de importância da indústria na sua economia, a chamada desindustrialização relativa (Cano, 2014), com diminuição de investimentos produtivos, inclusive do setor têxtil, redução de exportação industrial e da sua importância na criação de empregos, entre outros fatores.

Entre 1989 e 1990, com adesão às ideias do Consenso de Washington⁶ e a abertura comercial, produtiva e financeira do Brasil oficialmente iniciada no governo de Fernando Collor de Mello, houve entrada maciça de capital estrangeiro, especialmente de curto prazo, incluindo fundos de investimentos internacionais, atraídos pela desregulamentação e liberalização dos mercados. Além disso, foram atraídos pelas altas

⁴ O ajuste americano iniciou com a subida da taxa de juros no fim de 1979. Em seguida, os Estados Unidos decidiram desvalorizar sua moeda combinada com uma política fiscal contracionista, atraindo fluxos de recursos. Em contrapartida, os países periféricos perderam recursos e tiveram suas dívidas em dólar elevadas em patamares extremos devido à desvalorização da moeda americana, adentrando a América Latina na chamada crise da dívida (Carneiro, 2002).

⁵ Ver: TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia americana norte-americana. In: TAVARES; FIORI (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

⁶ Sobre Consenso de Washington, recomenda-se: BATISTA, P. N. *O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 1994. Disponível em: www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf.

taxas de juros do país, que aumentavam as oportunidades de aplicação rentista na comparação com as aplicações em outros países. O contexto também favoreceu o interesse do rentista estrangeiro nas privatizações de ativos estatais de grande importância no país, com empresas estatais vendidas a baixos valores, muitas vezes por menos do que valiam (Rodrigues; Jurgenfeld, 2019).

A interpretação neoliberal veiculada dentro do país, sobretudo, no início dos anos 1990, era a de que a proteção do setor industrial de anos anteriores havia gerado uma estrutura produtiva ineficiente com muita diversificação, mas pouca competitividade internacional. Assim, a abertura econômica, promovida por Collor, contestaria as empresas mais deficitárias nacionais e promoveria as mais eficientes, indicando que a concorrência seria supostamente o motor primordial de um “novo modelo de crescimento” do país, que ampliaria a produtividade.

O discurso neoliberal (e sem correspondência à realidade dos fatos) era de que a abertura econômica seria uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que levaria a uma maior concorrência nos mercados locais, ela também permitiria acesso aos mercados externos⁷, e isso ajudaria o consumidor brasileiro no sentido dos preços mais baixos dos produtos finais e maiores possibilidades de escolha de mercadorias. No entanto, outros problemas eram, de certo modo, desconsiderados, como a valorização cambial, que limitaria o acesso das empresas brasileiras à maquinaria dos mercados internacionais, importante elemento para aprimorar seus parques industriais e melhor competir com a avalanche de importados que desde então disputariam o mercado nacional, e o grande salto do endividamento público que essas políticas promoveriam.

O Plano Real, implementado no primeiro em 1994, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), apesar dos seus avanços no sentido do controle da inflação em relação a planos anteriores, atrelou a economia brasileira a uma moeda nacional valorizada em relação ao dólar e à manutenção de juros altos para ser atrativa a aplicadores estrangeiros, ampliando assim a sua vulnerabilidade externa. Posteriormente, em 1999, já no segundo governo FHC, com a instituição do regime de metas de inflação,

⁷ Autores como Edmar Bacha eram defensores da abertura econômica como suposta indutora do desenvolvimento econômico naquela época e seguem achando que o país deve promover mais abertura (Talar, 2021).

câmbio flutuante e superávit primário⁸, igualmente o Brasil manteria suas taxas de juros altas, entre as maiores taxas de juros reais do mundo, ainda que menores do que as observadas nos primeiros anos do Plano Real⁹.

A primeira década dos anos 2000, com o fim do governo FHC e os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, representou uma continuidade da agenda neoliberal. Ainda que não tenham sido idênticos em outras políticas, mantiveram o mesmo regime macroeconômico ortodoxo, e o importante processo de desindustrialização relativa¹⁰.

3 Grandes grupos têxteis de Santa Catarina no processo de financeirização

Os efeitos dessas transformações desde os anos 1960 serão importantes para o setor têxtil de Santa Catarina. Durante os anos 1960 e 1970, os grupos têxteis de Santa Catarina viviam um crescimento importante, com diversificação produtiva e passando a exportar mais¹¹. As empresas começavam a atuar em outros setores, como o agrícola, e realizavam uma busca de locais de custos mais baixos de produção para sua expansão espacial dentro do país. O Nordeste brasileiro foi apropriado como uma “nova” área de produção têxtil para várias empresas do Sul, principalmente por conta de incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Jurgenfeld, 2012a).

Neste contexto de ampliação das suas atividades, com criação de novos espaços de acumulação, se dará uma maior relação do capital industrial com o capital financeiro. Para financiar a sua expansão, as empresas têxteis catarinenses recorrerão ao mercado de capitais, captando recursos por meio da bolsa de valores. Elas já haviam adentrado à Bolsa enquanto sociedades anônimas de capital fechado a partir dos anos 1930 até meados dos 1960 (dependendo do grupo), mas nesse período de crescimento dos

⁸ Esses três elementos passaram a constituir o que foi denominado tripé macroeconômico.

⁹ Excederia os limites deste artigo desenvolver todos os aspectos do Plano Real. Recomenda-se, aos que quiserem se aprofundar, a leitura de: FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

¹⁰ Sobre as críticas à política macroeconômica dos governos Lula, recomenda-se a leitura de: SAMPAIO JR. P. A. *Crônica de uma crise anunciada*. São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

¹¹ Em 1972, a política do governo federal de incentivo às exportações, chamada de Benefícios Fiscais à Exportação (Befiex), permitiu novos avanços. Esse plano concedia reduções de imposto de renda, isenções de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), crédito-prêmio, dentre outros incentivos no âmbito do I Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) (Siebert, 2006).

negócios resolveram abrir capital com emissão de ações. Isso ocorreu com a Hering e a Teka, em 1966, com a Buettner em 1969, e com a Cremer em 1974.

Havia uma política federal de estímulos fiscais às aplicações em ações e à abertura de capital das empresas em geral. Nos anos 1970, “o mercado de capitais tornou-se, assim, eufórico, através da especulação realizada com ações de empresas já existentes, dos lançamentos de novas ações e, mais recentemente, com a intensificação do processo de abertura de empresas” (Tavares, 1974, p. 242).

Para as empresas brasileiras em geral, explica Tavares (1974), por um lado, a vantagem era uma captação de recursos mais barata do que se pegassem crédito nos bancos. De outro lado, a contrapartida é que a valorização das ações as fazia cada vez mais dependentes do capital financeiro para seu processo de acumulação, aumentando seus riscos, pois possuíam a partir de então o compromisso de pagamento de dividendos para os seus novos acionistas.

A busca pela abertura de capital e, conseqüentemente, pelos recursos de aplicadores, também era uma forma de as empresas brasileiras se adaptarem às novas regras do jogo mundial, guiado pela financeirização em larga escala. Um dos grandes problemas é que, na década de 1970, conforme Tavares (1974), já era possível observar um acentuado processo de especulação financeira em geral no Brasil. Isso significava que ocorriam oscilações importantes nos preços das ações deslocadas da realidade dos negócios.

Ao mesmo tempo que aumentavam a financeirização, também as têxteis catarinenses reorganizavam a produção têxtil com desintegração das etapas de fabricação, incluindo uma expansão da atividade têxtil para fora das cidades nas quais originaram seus negócios. Naquele período, pelo menos até 1975, não só o setor têxtil catarinense crescia, mas o setor têxtil brasileiro como um todo também apresentava dinamismo. Porém, logo o país se depararia com a crise econômica dos anos 1980, com reflexos importantes setoriais. Alguns autores entendem que o efeito negativo sobre o setor veio da irregularidade do consumo interno provocada pelas oscilações nas taxas de crescimento da renda (Coutinho; Ferraz, 1995; Haguenauer, 1990; Macarini; Biasoto, 1985).

Para um melhor entendimento de como os anos 1980 atingiram em cheio o setor, contudo, é importante a consideração de Tavares (1972), que explica que o setor de bens-salário (que inclui o têxtil) tem um comportamento particular diante dos ciclos da economia brasileira. Ele depende da taxa de crescimento do emprego e dos salários porque atende, em grande medida, ao mercado com baixo poder de compra unitário. No auge do ciclo de acumulação, portanto, possui forte demanda, mas, na reversão do ciclo, também acompanha a queda, não sendo capaz de se manter em direção diferente da economia como um todo, sendo arrastado por ela.

Para se ter uma ideia dos efeitos quantitativos da crise dos anos 1980, esse ramo industrial representava, em 1970, 9,2% do Valor de Transformação Industrial (VTI) brasileira, caindo para pouco mais de 7% em 1975. Em 1985, sua participação ficaria em 6,2% (Haguenauer, 1990). Diversas pesquisas sobre o setor têxtil catarinense, como as de Lins (2000) e de Magheli (2001), mostraram que após a abertura econômica do país houve perda de competitividade diante da concorrência do produto importado no próprio mercado nacional e uma deterioração das finanças de várias empresas que haviam se endividado em dólar e, desde então, enfrentavam uma nova realidade cambial, dada inicialmente pela valorização do real, e, posteriormente, pelo câmbio flutuante (a partir de 1999), a partir do qual conviveram com momentos repentinos de desvalorização do real ante o dólar.

Entre a metade dos anos 1980 e nos anos 1990, é possível afirmar que as grandes empresas têxteis do país de ampla estrutura produtiva já estavam, de alguma maneira, “amarradas” ao capital financeiro e decidiram se desfazer de alguns ativos fixos, como fábricas, propriedades rurais, entre outros, e começavam a focar em sua principal atividade, deixando a atuação em tantos setores distintos. Como exemplo, em 1997, o grupo Hering – que estava descapitalizado – optou por vender a Ceval, muito relacionada ao ramo da soja, ao então grupo argentino Bunge (que depois se tornou o grupo Cargill). A venda da Ceval, por valores não revelados, ajudou a Hering a administrar nos anos 1990 uma de suas piores crises. O mesmo havia ocorrido com a Teka, que vendeu suas operações de grãos, na segunda metade dos anos 1980, também para a Bunge. Nos anos 1990, a intenção era fazer caixa e focar no ganho de escala para serem mais competitivas

em relação ao produto importado têxtil que agora adentraria sem muitas barreiras em sua principal área de atuação, o mercado nacional.

3.1 Os novos sócios

Durante essas transformações mais gerais do capitalismo global e periférico, observam-se também mudanças na composição acionária das grandes empresas têxteis selecionadas para esta pesquisa: Hering, Cremer, Buettner e Teka¹².

Todas essas empresas têm em comum o fato de que nasceram pequenas, com poucos sócios, geralmente imigrantes europeus. Além disso, todas são originárias das cidades de Blumenau (SC) ou Brusque (SC)¹³ e estiveram entre as 100 maiores empresas têxteis do país em 1985. Duas delas, a Hering e a Cremer, inclusive, chegaram a fazer parte do grupo das 300 maiores empresas do país em 1985, ranking que considerada os mais diversos ramos de atuação das empresas, não somente o seu principal setor de atuação (Balanço Anual, 1980; 1985).

O período de análise dos dados da composição acionária se inicia no fim da década de 1990¹⁴ e vai até 2021. O ano de 2021 foi escolhido neste estudo por ser o último ano que essas empresas tinham ações negociadas em bolsa, de modo que boa parte das informações disponíveis sobre elas remonta somente até esse ano. Na apresentação e discussão a seguir dos diferentes casos, as informações das fatias das famílias fundadoras nas ações ordinárias (ON), que são as com direito a voto, foram separadas da participação dos demais acionistas a fim de permitir um bom entendimento das mudanças do controle do negócio¹⁵.

¹² As grandes empresas foram classificadas neste artigo como as que possuem mais de 500 funcionários e com capital aberto em bolsa.

¹³ Sobre essa origem, são importantes os estudos de: MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, jul./set. 1965; SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Brusque: Editora Movimento, 197; THEIS, I. M.; MATTEI, M.; TOMIO, F. *Nosso passado (in) comum*. Blumenau: Furb, 2000 e, SIEBERT, C. *Indústria e Estado: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí*. Tese de Doutorado. UFSC, Programa de pós-graduação em Geografia. Florianópolis, 2006.

¹⁴ A data inicial da pesquisa de dados é limitada pela própria Bolsa de Valores, hoje denominada B3. Para algumas empresas, a Bolsa possui informações a partir de 1997, enquanto para outras somente a partir de 1998.

¹⁵ Exceto no caso da Cremer. Nesta empresa, não havia família fundadora nos anos 1990 mais entre acionistas (Jurgenfeld, 2012).

3.1.1 Hering

A Hering foi criada em 1880 em Blumenau por imigrantes alemães. Em 1998, a Cia Hering, empresa que controlava os negócios da Hering e representava seus fundadores, detinha uma participação de 81,26% das ações ordinárias. A Cia Hering representava a união das ações da Inpasa, Ivo Hering (membro da família fundadora) e da empresa IPE Investimentos e Participações. Anos depois, essas empresas foram desmembradas. Nos anos 2000, nota-se que a fatia representativa do capital da família caiu significativamente e passou a 45,46%, praticamente a metade do que havia no fim dos anos 1990. Ao mesmo tempo que ocorreu a redução da fatia dos acionistas fundadores até então controladores do negócio, houve ampliação da fatia dos acionistas denominados “outros” (acionistas minoritários), cujos nomes não são revelados por conta de legislação que não obriga que os detentores de menos de 5% do capital tenham seus nomes expostos. Em 2000, os acionistas “outros” já detinham a impressionante marca de 48,79% das ações ordinárias. Isso significa que o controle acionário passou a ser detido pelo mercado financeiro, uma vez que superava a fatia da família.

Em 2007, a Hering aderiu ao Novo Mercado, uma classificação de governança corporativa da então Bovespa, de modo que as suas ações passaram a ser todas do tipo ordinárias. Em 2008, houve a entrada de quatro novos acionistas com fatias significativas, todos representantes do mercado financeiro, na forma de fundos: Tarpon; HSBC Global Investment Fund; Federated Kaufmann Fund, que é um fundo estrangeiro, e um fundo cuja denominação se dá em várias letras THE M T B O J T F H BR MOT FD. Somando as fatias desses quatro fundos, eles possuíam 41,18% do capital acionário total da Hering em 2008. Quando se adiciona a participação dos minoritários, que detinham, em 2008, 37,45% das ações, nota-se que os acionistas do mercado financeiro passaram a deter mais de 70% do negócio, em um processo de pulverização do controle, que a empresa parecia se preparar para fazer, pois em 2007 passou a fazer parte do segmento Novo Mercado, na então Bovespa, um segmento ainda mais atrativo ao mercado financeiro pelas mais estritas regras de governança corporativa (Jurgenfeld, 2018) (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição das ações ordinárias da Hering (em %)

Acionistas	1998	2000	2005	2008	2010	2015	maio/21	set/21
Família Hering								
Cia Hering	81,26							
Inpasa		22,76	22,76	9,08	9	7,3	6,8	
Ivo Hering		15,27	15,21	7,26	7,2	7,2	7,2	
Ipe Inv e participações		7,43	7,43					
Total da família	81,26	45,46	45,4	16,34	16,2	14,5	14	
Demais acionistas								
Cidade Maravilhosa Ind. e Com. de Roupas								7,4
Ações em tesouraria						1,8	4,2	2,6
Caixa Previdência Func Banco do Brasil	16,72	5,75	5,75					
Tarpon				18,37	6			
HSBC Global Investment Fund Ltd				11,23	5,9			
Federated Kaufmann Fund				4,99	4,5			
THE M T B O J T F H BR MOT FD				6,59				
Amundi Asset Management					5			
Coronation Fund Managers						15,1		
Templeton Asset Management, Ltd						5,2		
First State Investments						5,1		
Gavea Investimentos						5,3		
Cambuhy Investimentos Ltda.						6,1		
Target Investment Fund					4,8			
Atmos Capital gestão de recursos Ltda							12,6	
Verde Asset Management S.A.							7,2	
Velt Partners Investimentos Ltda.							7,6	
Outros	2,02	48,79	48,85	37,45	57,6	46,9	54,4	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (2024), a partir de Jurgenfeld (2012a; 2018) e Economática (para os anos 2015 e 2021).

Em 2010, as ações trocaram de mãos entre os representantes do mercado financeiro, enquanto a fatia dos antigos controladores, representantes da família Hering, seguiu em queda. Somente os fundos (Tarpon, HSBC, Federated Kaufmann Fund, THE M T B O J T F H BR MOT FD, Amundi Asset Management e Target Investment Fund) passaram a deter uma fatia de 26,2%, em conjunto, enquanto as ações dos membros da família Hering somavam somente 16,2% (Jurgenfeld, 2012a; 2018).

Em 2015, a participação da família encolheu ainda mais, para 14,5%. Os minoritários que chegaram a quase 60% das ações em 2010, estavam ainda com uma representação significativa em 2015, chegando a 46,9%. Em 2021, no entanto, é quando ocorre a mudança mais importante. Em abril de 2021, a Hering anunciou sua venda para o grupo Soma, por R\$ 5,1 bilhões, passando a ser subsidiária deste grupo, que foi fundador da marca de moda Animale (Brandão; Ravagnani, 2021).

O Soma, na tabela 1, aparece sob denominação “Cidade Maravilhosa Indústria e Comércio de Roupas”. Ele foi criado em 2010 como um administrador de marcas, depois da união de três marcas – FARM, Fábula e Animale - e se autodenomina como o maior grupo de moda do Brasil, com 34 marcas e 2 mil lojas pelo mundo, incluindo, além do Brasil, lojas em países como Inglaterra e Estados Unidos (Formulário [...], 2024).

No fundo, trata-se de um grande conglomerado, que tem suas ações em bolsa, sendo sua composição acionária dividida entre três grandes grupos de acionistas principais: 51,37% minoritários (menos de 5% de ações); 6,5% detido pelo Opportunity (banco vinculado a Daniel Dantas, banqueiro que chegou a ser preso na Operação Satiagraha, da Polícia Federal em 2004) e a Black Rock, que possui 5,3% do negócio. O Black Rock é o maior gestor de ativos financeiros do mundo, fundado por Larry Fink, magnata de Wall Street (Larry [...], 2025). O grupo Soma ficou conhecido também porque fechou um acordo de fusão com uma das maiores marcas de sapatos femininos do país, a Arezzo Co, e criou a AZZAS 2154 S/A (Arezzo [...], 2024).

Em 2022, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de fechamento do capital da Hering em bolsa. Destaca-se, contudo, que ainda que tenha sido adquirida pelo Soma e seu capital tenha sido fechado, seguiu à frente da gestão da

Hering um membro da família Hering, bem como a família ainda presidia o Conselho de Administração da Hering.

3.1.2 Cremer

Criada em 1935, também em Blumenau, a Cremer representa um caso particular dentro do grupo das têxteis analisadas neste artigo porque não há informações na Bolsa sobre a estrutura do seu capital anterior a 2005. Seus negócios foram adquiridos em 2004 pela Merrill Lynch que virou dona da Cremer Holdings. Houve, no mesmo ano de 2004, cancelamento do seu registro em bolsa e em 2005 ela voltou para a bolsa. Não há dados disponíveis na bolsa sobre os anos 1990. Além desse detalhe estatístico, ela não tem mais os fundadores nem família dos fundadores dentre seus acionistas nos dados disponíveis. Além disso, é a única voltada a itens têxteis relacionados ao setor de saúde, como produção de gaze, esparadrapos etc.

A Merrill Lynch¹⁶ é uma instituição financeira norte-americana que ficou mundialmente conhecida como uma das primeiras a quebrar com a crise do subprime entre 2007 e 2008 (Merrill [...], 2008), sendo obrigada a se fundir com o Bank of America, diante da crise. Além dela, estavam entre as donas da Cremer Holdings as seguintes instituições e fundos: ML Global Private Equity Fund LP; Breckland Management Ltd; F.I International Ltd; SZS International Ltd. Até 2008, em conjunto, esses detinham quase 100% do capital acionário da empresa (Tabela 2)¹⁷.

¹⁶ No ano de 2004 foi concluída a negociação que resultou na mudança do controle acionário e houve cancelamento do registro de companhia aberta da Cremer. Ou seja, antes de 2005 a Cremer chegou a ter ações em Bolsa de Valores, mas as informações desse histórico não estão disponíveis na Bolsa (Jurgenfeld, 2012).

¹⁷ Assim como a Hering, como parte da financeirização, a Cremer passou a fazer parte do Novo Mercado em 2007 (Jurgenfeld, 2012).

Tabela 2 - Distribuição das ações ordinárias da Cremer (em %)

Acionistas	2005	2008	2010	2014	2015	fev/16	maio/16	2018
CM Hospitalar								88,5
Cremer Holdings LLC (EUA)	99,98	99,98						
Ações em tesouraria	0,01	0,01						
Guepardo Investimentos			5					
Poland FIA			10,6					
Aberdeen Assei Management PLC			10,4					
Hedging-Griffo Corretora de Valores S/A			10,8					
Tarpon Investimentos S/A			30,9					
Tarpon Gestora de Recursos S/A				95,9		94,6		
M&G Investment Management Limited			5,3					
Arapaima Particip S/A					96,1			
Tambaqui FIP Multestratégia							94,3	
Outros	0,01	0,01	27	4,1	3,9	5,4	5,7	11,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (2024), a partir de Jurgenfeld (2012a) e Economática (para os anos 2014 a 2018).

Em 2010, ficaria evidente que houve um surpreendente aumento de participação de outros diversos fundos de investimentos na estrutura acionária da empresa: Poland Fia, Hedging Griffo, M&G e Tarpon. Ressalta-se que este último já fazia parte também da estrutura acionária da Hering. Em 2010, a Cremer Holdings deixaria de ser a dona da empresa, passando para o Tarpon o controle. Uma reportagem no jornal Valor Econômico tentou “traduzir” quem eram esses novos acionistas donos da Cremer, classificando-os como velhos conhecidos do mercado:

O Poland é o fundo que reúne os investimentos de Luiz Alves Paes de Barros, que está entre os maiores investidores do mercado local (nacional), um dos fundadores da corretora Griffó e tio de José Carlos Magalhães, um dos principais sócios da Tarpon. Essa última, por sua vez, praticamente nasceu dentro da Hedging-Griffó, no início desta década (2000) (De minoritário [...], 2009).

A Tarpon Investimentos passou a deter praticamente um pouco mais do que um quarto da companhia. Com a mudança, segundo a mesma reportagem, a soma da participação de diversos fundos que investiam na companhia passou para algo superior a 51%. Portanto, juntos, os fundos passaram a deter mais da metade da empresa e assim passava a Cremer a ser forte candidata a um primeiro caso no mercado brasileiro de uma formação de controle por “minoritários organizados” nas últimas duas décadas. “O último exemplo mais relevante foi a tomada de poder da cervejaria Brahma pelo trio Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira” (De minoritário [...], 2009).

O Tarpon Investimentos saiu da Cremer em 2012, mas foi aí que entrou a Tarpon Gestora de Recursos, detendo 51,5% dos negócios. Gradativamente, a Tarpon Gestora ampliou sua fatia até atingir 96% em 2014. Naquele mesmo ano, essa participação foi vendida para Arapaima Participações, uma empresa cujas ações pertenciam também a fundos da Tarpon. Nessa operação, foi feita uma Oferta Pública de Ações (OPA), para a Cremer deixar o Novo Mercado. Conforme reportagem na revista Exame, o fechamento de capital se deu para que a Tarpon aumentasse o seu capital e, assim, não seguisse as regras do Novo Mercado, o que exigiria que 25% das ações estivessem em livre circulação (Arapaima [...], 2014).

Em poucos meses, a Tarpon já estava com a participação que antes era detida pela Arapaima, tendo, portanto, adquirido a fatia daquela. Tratou-se, como pode ser observado, de uma transação entre os mesmos donos praticamente. Em 2016, um fundo de investimentos, sediado em São Paulo, denominado Tambaqui FIP Multiestratégia, passou a concentrar mais de 94% das ações ON da Cremer, com as quais permaneceu até 2018. Em 2018, foi feito o fechamento do seu capital. O dono, com 91% das ações, passou a ser a CM Hospitalar S/A, cujo nome fantasia é Mafra Hospitalar, de Ribeirão Preto (SP), com foco no comércio atacadista de medicamentos. Ela pagou R\$ 500 milhões pela Cremer (Fontes; Gutierrez, 2017)

A CM Hospitalar tornou-se um grande grupo chamado Viveo – conglomerado de empresas que atua no setor da saúde que tem entre os sócios os fundadores do grupo Amil e o grupo Dasa. Seus acionistas majoritários são dois fundos de investimentos denominados Genoma e Genoma 1¹⁸.

3.1.3 Teka

A Tecelagem Kuehnrich (Teka) foi fundada por Paul Fritz Kuehnrich, em 1926, em Blumenau. Ao longo de toda análise da composição das ações ordinárias, a família manteve-se com fatia entre 85% e 88% dos negócios. Por décadas, a família foi representada principalmente por duas empresas: Montecarlo e Cell. Mas, mais recentemente, também pela RMMF Participações. Os acionistas minoritários, que detinham menos de 5% do negócio, não passaram de uma participação total de 13% ao longo de toda série histórica, que engloba de 1997 até 2021 (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição das ações ordinárias da Teka (em %)

Acionistas	1997	2000	2005	2008	2010	2021
Familia Kuehnrich						
Montecarlo Participações e Serviços S/A	84,48	84,48	84,6	84,6	84,6	87,4
Cell Participações e Administração Ltda			0,8	0,8	0,8	0,6
RMMF Participações						0,5
Total da família	84,48	84,48	85,4	85,4	85,4	88,5
Demais acionistas						
Administradora John Ltda	5,52	5,52	5,52	5,52		
Caixa de Prev. Funcionários BB			1,67	1,67	1,67	
Reskalla Tuma				3,88		
José Oswaldo Morales Jr.				1,34		
Outros	10	10	7,41	2,19	12,93	11,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (2024), a partir de Jurgenfeld (2012a) e Economática (para o ano 2021).

¹⁸ Ver: <https://ri.viveo.com.br/informacoes-financeiras-2/central-de-resultados/>

Em 2012, algumas mudanças importantes ocorreram. A Teka começou uma operação financeira por meio da qual pretendia fazer um aumento de capital de forma que pulverizasse as ações detidas pelos membros da família a outros acionistas que já fizessem parte do quadro societário (inclusive os fundos). Também pretendia fazer uma operação de aumento de capital com o fundo Global Emerging Market (GEM), que passaria a deter uma fatia minoritária nos negócios, além de ter contratado o Banco Bradesco como formador de mercado, uma espécie de “especulador” oficializado pela Bovespa para dar visibilidade aos papéis fazendo compra e venda de ações. A intenção da empresa era se capitalizar, com recursos mais baratos em bolsa na comparação com o capital de giro ofertado pelos bancos (Jurgenfeld, 2012b).

A Teka não conseguiu fazer essa operação e em seguida, ainda em 2012, entrou na Justiça com um pedido de recuperação judicial. A recuperação, contudo, foi questionada judicialmente por meio de quatro recursos e um deles não julgado. Em 2024, o processo de recuperação judicial, portanto, seguia vigente¹⁹ (Proposta [...], 2024) e o controle, nas mãos da família fundadora, ainda que não administrasse a empresa, pois esta era administrada por um gestor indicado pela justiça.

3.1.4 Buettner

A Buettner surgiu em 1898 como uma empresa de bordados finos, em Brusque. A partir dos anos 1990, no caso da Buettner, as empresas que representam as famílias Erbe e Pastor²⁰, que durante anos foram donas do negócio, foram representadas na estrutura acionária pelo nome ERPA, uma junção de parte dos dois nomes familiares. Em 2005, a ERPA foi vendida para a família Mansour. Os donos do negócio até 2015 foram a ERPA, então pertencente à família Mansour, quando então a empresa foi vendida para João Henrique Marchewsky, que já atuava como presidente executivo (Tabela 4).

¹⁹ Esta documentação foi entregue à bolsa em abril de 2024.

²⁰ O sobrenome Buettner não consta nas empresas acionistas. Deve-se ressaltar que Erbe e Pastor fazem referência a pessoas que se casaram com herdeiros da Buettner. Na década de 1920, Heinz Erbe, cunhado de Edgar von Buettner, assumiu a direção técnica da Buettner. E Gotthard Pastor, genro do fundador Edgar von Buettner, assumiu uma das outras diretorias da empresa nos anos 1940.

Tabela 4 – Distribuição das ações ordinárias da Buettner (em %)

Acionistas	1998	2000	2005	2008	2010	2015
Família Erbe e Pastor e Mansour						
Erpa Adm de Bens e Part. S/A	40	95,3	65,28	65,28	65,28	
Erpa Corretora de Seguros Ltda	34		33,08	33,08	33,08	
Erpa Cons Asse Repres Ltda	8					
Total da família Erbe e Pastor e Mansour	82	95,3	98,36	98,36	98,36	
Demais acionistas						
João Henrique Marchewsky						100
Outros	18	4,7	1,64	1,64	1,64	
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria (2024), a partir de Jurgenfeld (2012a) e Economática (para o ano 2015).

Ao longo do tempo, nota-se que na composição de ações ordinárias da Buettner não aparece como relevante a fatia do capital financeiro, ainda que ele esteja na composição não expressiva das ações referentes aos sócios minoritários.

Com dificuldade de acesso a crédito, entre outros fatores, contudo, a Buettner entrou com pedido de recuperação judicial em 2012. De acordo com fato relevante enviado à bolsa em 31 de dezembro de 2015, João Henrique Marchewsky, que era presidente da Buettner no período do pedido de recuperação judicial, adquiriu, em abril de 2014, 100% do Capital Social da ERPA, por R\$ 1 mil reais, passando a ser o controlador da Buettner. Em 2017, após uma batalha jurídica, a justiça decidiu pela convolação da recuperação judicial em falência. Isso ocorre quando não se cumpre o que está previsto na lei de recuperação empresarial. Desde 2015, não são mais publicados seus resultados. E houve, em 2017, o cancelamento da listagem das ações da empresa em bolsa.

3.1.5 Falência ou recuperação judicial no período de avanço da financeirização

Em meio ao avanço da financeirização nos anos 2000, observou-se, portanto, que duas das empresas analisadas pediram recuperação judicial em 2012: Teka e Buettner. Ambas preferiram vincular o processo a aspectos negativos dos anos 2000, ainda que

também reconhecessem (numa escala visivelmente menor) sua situação financeira frágil há mais tempo, desde os anos 1990, com a abertura da economia brasileira.

Conforme documento da recuperação judicial da Buettner, os motivos para tal atitude foram: (i) redução do faturamento em função da concorrência externa; (ii) dificuldade de adaptação do custo fixo à nova realidade mercadológica; (iii) corrosão do capital próprio em decorrência do acúmulo de resultados econômicos negativos e consequente aumento do endividamento e redução da capacidade de pagamento; (iv) impossibilidade de acesso a fontes de financiamento de baixo custo, pela ausência de crédito; e (v) alta do preço do algodão e a crise do setor têxtil (Plano [...], 2011).

O capital financeiro permeia todos os cinco itens citados. Ora, é o capital financeiro especulativo que levou ao pico de preços históricos da *commodity* algodão. Também é ele que está por trás do novo ambiente de concorrência global. E é pela falta do capital bancário enquanto prestador para o setor industrial, como deveria ser sua função, mas deixou de ser ou nunca foi, no caso do Brasil, que a empresa não tem financiamento.

No caso da Buettner, o poder do voto do capital financeiro nas assembleias que discutiram e votaram sua recuperação judicial foi definitivo para guiar os seus rumos. A própria empresa requisitou sua recuperação judicial em 2012. Alguns credores, entretanto, se posicionaram contrários à recuperação, sendo estes do mercado financeiro, como a Fundação Celos, que representa recursos da previdência de funcionários da Celesc (empresa estatal de energia de Santa Catarina), e a Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. Ao contestarem a recuperação conjuntamente, se tornaram muito fortes e a Buettner teve, ao final, sua falência decretada (Jurgenfeld, 2012c). Isso foi bem pior para os negócios. Com essa “estratégia da não aprovação” da recuperação e sim de um pedido de falência, esses credores, que possuem garantia real (móveis e equipamentos), almejavam ter seus recursos mais rapidamente recuperados. Em caso de falência, estes possuíam prioridade para receber o que lhes era devido. Para estes, o mais importante era ter assegurada a devolução das suas aplicações como acionistas e a falência (e não a recuperação judicial) era o caminho mais fácil para isso ocorrer.

No caso da Teka, cuja recuperação judicial iniciou em outubro de 2012, também se verificou a grande importância do capital financeiro. A direção da empresa informou como justificativa para a recuperação o fato de que não conseguiu captar em uma operação financeira na Bolsa de Valores os recursos necessários para ter capital de giro. Com um alto volume de dívidas, de R\$ 500 milhões, preferiu pedir a recuperação judicial (Jurgenfeld, 2012b; 2012d).

Entre os itens elencados pela empresa como justificativas, constavam os problemas com o capital financeiro: “impossibilidade de acesso a fontes de financiamento de baixo custo e grande dificuldade de acesso a fontes de financiamento de alto custo” (Plano [...], 2013).

Conclusão

Este artigo analisou reflexos da financeirização em quatro grandes empresas do setor têxtil de Blumenau e Brusque (SC), cidades conhecidas nacionalmente como redutos dessa atividade industrial. As empresas analisadas estiveram na origem das relações sociais de produção daquela localidade, no início do seu processo de industrialização entre o fim do século XIX e o início do século XX.

Ainda que se inserir no movimento do capital no sentido da financeirização seja algo inescapável, foi possível observar diferentes trajetórias em torno da financeirização ao longo dos anos 1990 até 2021. As empresas Buettner e Teka, que menos tiveram transformações no seu controle acionário no sentido de inserção de novos sócios do setor financeiro, viveram dificuldades financeiras graves. A Buettner faliu. E a Teka entrou em recuperação judicial. Em grande medida, a explicação para esses processos de falência e recuperação judicial tiveram em sua base a ausência do financiamento do capital financeiro e os reflexos do movimento especulativo deste capital nas matérias-primas essenciais para suas atividades, como é o caso do algodão. Já a Cremer e a Hering foram em outra direção: abriram seus negócios para os novos sócios do setor financeiro, durante anos ainda conseguiram se manter nos negócios, mas chegou o momento em que tiveram que passar o seu controle para o mercado financeiro.

Nos casos específicos da Cremer e da Hering, entre 2018 e 2021, esses controladores do mercado financeiro realizaram a venda para outras empresas, que possuem entre seus controladores importantes acionistas do mercado financeiro, caso da gestora de ativos Black Rock, que está entre os controladores da nova dona da Hering. Essas empresas tiveram seu capital em bolsa fechado e foram vendidas para empresários de fora da região de Santa Catarina para grupos cuja composição acionária era representada por instituições financeiras, inclusive gestora de ativos internacionais.

Houve, portanto, em Blumenau e Brusque, conhecidos redutos têxteis centenários, modificações relevantes, desde a quebra de algumas empresas à perda de vínculos da administração desses negócios com a realidade local. Portanto, observaram-se reflexos distintos da mundialização do capital, mas que possuem em comum uma tendência de transformação das características históricas de algumas regiões fortemente ancoradas naquilo que seria a sua principal atividade produtiva industrial.

Referências

ARAPAIMA Participações passa a deter 96,2% da Cremer pós OPA. **Revista Exame**, São Paulo, 1 jul. 2014. Disponível em: <https://exame.com/negocios/arapaima-participacoes-passa-a-deter-96-2-da-cremer-pos-opa/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

AREZZO vai se chamar Azzas 2154 após fusão com Grupo Soma. **Infomoney**, [s. l.], 21 maio 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/business/arezzo-vai-se-chamar-azzas-2154-apos-fusao-com-grupo-soma/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BALANÇO Anual. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, ano IV, n. 4, 22 set. 1980.

BALANÇO Anual. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, ano IX, n. 9, 31 jul. 1985.

BELLUZZO, L. G. M. Prefácio. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 7-16.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

BRANDÃO, R.; RAVAGNANI, A. Grupo Soma compra a Hering por R\$ 5,1 bilhões. **Valor Econômico**, 26 abr. 2021. Disponível em:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/26/grupo-soma-compra-cia-hering.ghml>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008.

CANO, W. **Desindustrialização e subdesenvolvimento: textos para discussão**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2014. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3368/TD244.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARNEIRO, R. M. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. Campinas: Editora UNESP, 2002.

CHESNAIS, F. A. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

DE MINORITÁRIO a majoritário. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 mar. 2009.

LARRY Fink, o magnata de Wall Street que lidera a poderosa BlackRock. **Infomoney**. [S. l.], c2025. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/larry-fink/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025.

FONTES, S.; GUTIERREZ, M. Mafra compra Cremer por R\$ 500 milhões. **Valor Econômico**, [São Paulo], 28 nov. 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2017/11/28/mafra-compra-cremer-por-r-500-milhoes.ghml>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FORMULÁRIO Cadastral de Referência. **Grupo Soma**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.somagruposoma.com.br/investidores/formulario-cadastral-e-de-referencia/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAGUENAUER, L. **A indústria têxtil**. Campinas: Centro de estudos de relações econômicas internacionais, Núcleo de economia industrial e da tecnologia, Unicamp, 1990.

HERING, M. L. R. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Edição da autora, 1987.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

JURGENFELD, V. F. **Transformações dos grandes grupos têxteis de Blumenau e Brusque após 1970: a financeirização e os novos espaços de acumulação**. 2012 a. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012a.

JURGENFELD, V. F. Teka reestrutura operação para sair do prejuízo. **Valor Econômico**, [São Paulo], 9 mar. 2012b. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/03/09/teka-reestrutura-operacao-para-sair-do-prejuizo.ghtml>. Acesso em: 5 jan. 2025.

JURGENFELD, V. F. Buettner tenta reverter falência decretada em SC. **Valor Econômico**, [São Paulo], 8 mar. 2012c. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/03/08/buettner-tenta-reverter-falencia-decretada-em-sc.ghtml>. Acesso em: 5 jan. 2025.

JURGENFELD, V. F. Teka reestrutura operação para sair do prejuízo. **Valor Econômico**, 9 mar. 2012d. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2012/03/09/teka-reestrutura-operacao-para-sair-do-prejuizo.ghtml>. Acesso em: 5 de jan 2025.

JURGENFELD, V. F. 2018. Financeirização e novos espaços de acumulação: um estudo das transformações da hering após 1960. **Revista História Econômica & História de Empresas**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 411-445, 2018.

LINS, H.N. **Reestruturação industrial em Santa Catarina**: pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

MACARINI, J. P.; BIASOTO JR., G. A indústria têxtil brasileira. In: DIAGNÓSTICO SETORIAL. Campinas: Conselho Estadual de Política Industrial, Comercial e Agroindustrial – Coinco, Unicamp – IE, out. 1985.

MAGHELI, F. **Desverticalização produtiva e relações interfirmas no aglomerado têxtil-vestuarista do Vale do Itajaí**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MERRILL Lynch se torna banco mais afetado pela crise imobiliária. **France Press**. Washington, 17 abr. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u393193.shtml>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PLANO de recuperação judicial de Buettner. [Brusque], 2011. Disponível em: <http://www.gilsonsgrott.com.br/site/wp-content/uploads/2016/09/Doc-07-Plano-de-Recuperacao-250711.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

PLANO de recuperação judicial da Teka. [Blumenau], 2013. Disponível em: <http://www.teka.com.br/recuperacao-judicial/>. Acesso em: 29 dez. 2013.

PROPOSTA da administração da TEKA 2024. **Economática**, [Blumenau] 30 abr. 2024.

RODRIGUES, C. H. L; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo das privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC. 2019. **Revista Economia**

e **Sociedade**, Campinas: Unicamp, v. 28, n. 2 (66), p. 393-420, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n2art05>. Acesso em: 13 de jan de 2024.

SIEBERT, C. **Indústria e Estado**: a reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

TAIAR, E. Abrir a economia é fundamental para voltar a crescer. **Valor Econômico**, [São Paulo], 2 dez. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/12/02/abrir-a-economia-e-fundamental-para-voltar-a-crescer-diz-edmar-bacha.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e Industrialização no Brasil**: 30 anos de economia. Campinas: Unicamp /IE, 1998.

ⁱ Artigo recebido em 04/12/2024

Artigo aprovado em 05/06/2025